

SILVA, Orlando Sampaio. *Eduardo Galvão: índios e caboclos*. São Paulo: Annablume, 2007, 418p.

ANDREA CIACCHI

Distante no tempo e no espaço, a atuação e a obra de Eduardo Galvão repercutem muito pouco no panorama atual da Antropologia brasileira.

Por um lado, o seu lugar pareceria assegurado. De fato, por exemplo, nos quadros do conhecido “mapeamento tipológico”, de Roberto Cardoso de Oliveira (1986), ele pertence, do ponto de vista cronológico, ao período “carismático” da disciplina – ao lado de nomes como os de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Charles Wagley, Egon Schaden e Gioconda Mussolini, entre outros. No que diz respeito à colocação temática obtida, no esquema de Cardoso de Oliveira, a partir do cruzamento das tradições e dos conceitos, Galvão figura em dois dos quadrantes possíveis: na “Etnologia indígena culturalista” (com a sua monografia sobre os Tenetehara, em co-autoria com Wagley, em 1949, com os seus ensaios sobre *Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu e Aculturação indígena no Rio Negro* – de 1953 e 1959, respectivamente), na companhia de Nimuendaju, Baldus, Darcy e Schaden; e, também, no espaço criado pela interseção da tradição de estudos sobre a sociedade nacional e o paradigma culturalista, Galvão entra com a sua tese de doutorado (*The Religion of an Amazon Community: A Study in Culture Change.*), defendida na Columbia University em 1952 e publicada em português, em 1955, como *Santos e visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*).

A síntese certa (pelo menos nesse caso) de Roberto Cardoso de Oliveira, aliás, permite apreender em uma só visada a colocação temá-

tica e a opção teórica mais relevante de Eduardo Galvão.

Por outro lado, porém, pouco se lê de sua obra; portanto, acaba sendo pouquíssimo conhecida. Afinal, a última edição de *Santos e visagens* remonta a 1976; a monografia sobre os Tenetehara não é reeditada desde 1961; e já se vão 30 anos desde a última publicação da sua única coletânea de ensaios esparsos: *Encontro de sociedades – Índios e brancos no Brasil* (1979). É de se supor que a disponibilidade *on-line* da sua tese, em inglês, não deve ter muita repercussão entre nós, pois é disponível apenas para membros da comunidade da Columbia University.

Por isso é bem oportuno o lançamento desse livro de Orlando Sampaio Silva, professor titular aposentado de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Com ele, docentes e alunos de Antropologia no Brasil esperam, além de poder contar com uma grande massa de informações relativas à obra de Galvão, poder se sentir estimulados a voltar às páginas dos seus livros. Páginas amareladas, sem dúvida, mas que não podem ser descartadas, sobretudo por quem busca compreender menos superficialmente a história e os caminhos da nossa disciplina.

O livro em tela, nessa perspectiva, permite um mergulho na bibliografia de Galvão, inclusive com o recurso de numerosos quadros sinóticos que permitem a contínua retomada do contexto de produção de cada artigo, ensaio ou livro. Sampaio Silva propõe, no primeiro capítulo, uma periodização tripartida da obra do autor, baseada, principalmente, em uma espécie de processo de autonomização da sua atua-

ção. No começo (1939-1949), o jovem Galvão circula entre o Museu Nacional e a Columbia University: a sua figura de referência, nesse período, é, evidentemente, Wagley, seu “treinador” no campo, antes (seguindo o esquema de Heloísa Alberto Torres que, na Quinta da Boa Vista, acoplava antropólogos estrangeiros mais experientes a jovens brasileiros aspirantes a pesquisadores (Corrêa, 1997)), e orientador acadêmico, depois. O segundo período (1950-1964) é caracterizado pela permanência no Serviço de Proteção ao Índio (entre 1952 e 1954), como chefe da seção de Orientação e Assistência do Museu do Índio, acompanhado de Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, e pela transferência, definitiva, para o Museu Paraense Emílio Goeldi, onde assume a chefia da Divisão de Antropologia em 1955. Finalmente, o terceiro período (1965-1976) é o mais “solitário”, no sentido de que, em Belém, torna-se ele próprio uma figura de referência para vários jovens pesquisadores que ele contribui na formação, promovendo uma mescla entre as iniciativas de dona Heloísa, no Museu Nacional, de Darcy, no Museu do Índio, e do próprio Cardoso de Oliveira, no Museu Nacional. Orlando Sampaio Silva vincula a esses três períodos outras fases na produção bibliográfica de Galvão: freqüentes co-autorias com Wagley, na primeira; trabalhos individuais, na segunda; e colaborações com pesquisadores iniciantes do Goeldi, na última.

Essa periodização possui alguns aspectos discutíveis, mas tem a vantagem de fazer ressaltar, entre outros elementos, a relevância na trajetória de Galvão, do seu vínculo com os museus, característico, aliás, de uma longa fase da Antropologia brasileira. Com a exceção do doutoramento na Columbia, do curso de bacharelado (em Geografia e História) na Faculdade Lafayette do Rio de Janeiro, concluído na véspera do embarque para Nova York, e de curtíssimos períodos de docência na Faculdade

de Filosofia do Pará (1957) e na Universidade de Brasília (1963-1964), Galvão não relacionar-se-á de forma significativa com instituições acadêmicas, o que acaba, porém, constituindo uma exceção para a sua geração de antropólogos, quase todos ligados, sobretudo em São Paulo, a alguma universidade.

O segundo, o terceiro e o quarto capítulo do livro de Sampaio Silva são ocupados por uma longa paráfrase do conjunto da sua obra, por sua vez subdividida em três grandes blocos temáticos: o primeiro sendo caracterizado por estudos de vários grupos indígenas e por textos teóricos e metodológicos; o segundo, pela proposta de estabelecimento de “áreas culturais indígenas”; e o terceiro, pelos estudos sobre “caboclos” sob a marca principal da sua tese de doutorado.

Dessa forma, o volume acaba manifestando uma certa harmonia simétrica, acertadamente baseada no próprio conteúdo substantivo dos seus interesses de pesquisa. Entretanto, essa estrutura acaba enfatizando, talvez excessivamente, a parcela mais obsoleta do seu trabalho, constituída pelo seu ensaio de 1960, *Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959*. Mais obsoleta pelo que ele deve ao “gênero da época” (um gênero, aliás, em processo de rápido esgotamento): os estudos de aculturação e de mudança cultural, de cuja orientação, prevalentemente norte-americana, Galvão é devedor e seguidor. É verdade que a mesma orientação atravessa *Santos e visagens*, mas, nesse livro precioso etnograficamente e deliciosamente fresco no seu estilo de “estudo de comunidade” com recorte temático preciso e rigoroso, não se encontra a rigidez caduca do texto de 1960. É necessário reconhecer, porém, como mostra muito oportunamente Sampaio Silva, que Galvão, partindo de uma metodologia e de um esquema interpretativo fortemente influenciado pelos trabalhos de Julian Steward, não se prende a eles e, pelo contrário,

lançou-se ao desafio da formulação de uma proposta constitutiva de áreas culturais indígenas, que se fundasse em sua própria experiência e nas de outros pesquisadores (p. 284).

O quarto e último capítulo do livro é, assim, dedicado aos estudos de Galvão sobre o “caboclo”, ou seja, aquele conjunto de quatro trabalhos (aqui colocados em contínuo diálogo por Sampaio Silva) que, tendo *Santos e visagens* (ou seja, a sua tese de doutorado de 1952) como sua peça mais relevante, abrange o menor alcance cronológico (1951-1953) e constitui o item menos numeroso. Entretanto, acredito ser este o melhor e mais duradouro legado de Eduardo Galvão à Antropologia brasileira. Situado bem no meio do período áureo de desenvolvimento dos estudos de comunidade no Brasil, *Santos e visagens* oferece uma alternativa rara: o estudo é dedicado apenas a um aspecto da vida social e cultural da região escolhida (nesse caso, a esfera das crenças e das práticas religiosas, entre catolicismo e pajelança). Isso permite, por exemplo – ainda na minha opinião –, que Galvão conduza com mais segurança do que o próprio Charles Wagley, que em *Amazon town* estudou na mesma cidade (Gurupá, apresentada com o nome fictício de Gurupá) uma etnografia “concentrada” e que deixa menos espaço para a discussão que atravessava os estudos de comunidade da época (e que seria severamente criticada por Gioconda Mussolini, em 1954, no trabalho apresentado ao xxxi Congresso de Americanistas, em São Paulo): o isolamento como causa da manutenção de traços culturais. A essa armadilha, Galvão escapa graças à redução do foco etnográfico e por meio da sua sólida formação historiográfica, amplamente ressaltada, nesse capítulo, por Sampaio Silva. *Santos e visagens* é um livro que, além de merecer uma releitura contemporânea (mas, para tanto, seria necessária uma reedição urgente), pelas suas próprias qualidades, lança uma luz

interessante sobre um período tão fértil, mas tão esquecido, dos estudos realizados, ao longo de quase três décadas, sobre pequenas comunidades brasileiras.

O processo de “caboclição” de várias populações indígenas do Brasil, entretanto, é tema que atravessa praticamente toda a produção científica de Galvão, inclusive na mais ampla e inicial monografia sobre os Tenetehara, co-assinada com Wagley. Pesando-se o preço que ele pagou, aqui, à supervalorização dos conceitos de aculturação e mudança social e cultural, não se pode desconhecer (e é essa a qualidade maior do livro de Sampaio Silva) a grande contribuição etnográfica oferecida pelo antropólogo carioca. Na década de 1960, porém, Galvão passa longe da inovação teórica introduzida por Roberto Cardoso de Oliveira pelo projeto *Áreas de fricção interétnica no Brasil*. Na fase de sua produção bibliográfica (como é possível observar a partir do cuidadoso levantamento de Sampaio Silva), ele se dedica a estudos de bem menor alcance como, por exemplo, sobre “horticultura e subsistência indígena” (1963), “o cavalo na América indígena” (1964), “a cerâmica dos índios Juru-na” (1969) ou “artesanato indígena na Amazônia brasileira” (1970). A proposta de Cardoso de Oliveira, de fato, apesar da grande proximidade deste com Galvão, constitui um acerto de contas e uma superação impiedosa do conceito de aculturação, que, como vimos e como Sampaio Silva mostra com grande competência, orienta toda a produção de Galvão. Nessa perspectiva, então, a obra de Galvão é relevante justamente pelo que oferece de contraponto ao rumo que esse setor de estudos tomará, no Brasil, graças à atuação de Roberto Cardoso de Oliveira.

Finalmente, o livro em tela é, com certeza, leitura obrigatória. Não posso, entretanto, deixar de lamentar algo que o prejudica, para além das intenções e das possibilidades do autor. De fato, o volume corresponde ao texto da tese de doutorado do autor, defendida na PUC-SP em

1996. Sua publicação, mais de dez anos depois da sua redação, não pode apagar o fato de que, nesse período, os estudos de reconstrução histórica da e sobre a Antropologia praticada no Brasil avançaram muito significativamente, alcançando resultados que o trabalho de Sampaio Silva não pôde incluir. Refiro-me, em particular, às pesquisas preciosas de Mariza Corrêa (1988; 1995; 1997), no âmbito do projeto “História da Antropologia brasileira”, desenvolvido na Unicamp desde 1984, e que, por exemplo, consentiu que se tivesse acesso à correspondência de Eduardo Galvão, cedida pela viúva do antropólogo, Clara, e ao acervo da própria Heloísa Alberto Torres, organizado e conservado na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres. Estou convencido de que um acréscimo documental, em uma perspectiva de história social do campo da antropologia no Brasil, enriqueceria sobremaneira o estudo de Sampaio Silva.

Assim, uma segunda edição desse livro (que também corrigiria as numerosas e inexplicáveis

falhas de revisão editorial) seria mais que oportuna.

Referências bibliográficas

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972. 152p.
- _____. O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira? *Anuário Antropológico* 85, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 227-246, 1986.
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 79-98, 1988.
- _____. História da antropologia no Brasil: projeto da Unicamp. *História Ciência Saúde-Manguinhos*, v. 2, n. 2, p. 115-118, 1995.
- _____. Dona Heloísa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997.
- MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e mudança em sociedades de folk no Brasil. In: *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, Anhembi, 1955, v. I. p. 333-353.

autor **Andrea Ciacchi**

Professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPB

Pós-doutorando no Departamento de Antropologia / UNICAMP

Recebida em 30/08/2008

Aceita para publicação em 12/11/2008